



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade

*Secretaria Municipal de Governo*

### **LEI Nº 2.349/2022**

“Institui o Programa de Tratamento Diferenciado de Pagamento de Dívidas Tributárias ajuizadas ou não de IPTU, ISS e Taxas do Município de Almirante Tamandaré.”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, e de acordo com o que dispõe o artigo 69, IV da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2022/2023, do Município de Almirante Tamandaré, destinado a promover a regularização de créditos do Município, relativo a débitos de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ISS – Imposto Sobre Serviços e Taxas, vencidos, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não.

**Parágrafo único** – O Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2022/2023, não se aplica ao Imposto Sobre Serviços devido por empresas com domicílio tributário fora do Município de Almirante Tamandaré.

**Art. 2º.** O valor dos débitos a ser consolidado será determinado com base na legislação vigente, ficando o optante isento do pagamento dos juros de mora e multas, podendo o valor ser pago à vista ou de forma parcelada, conforme percentuais constantes no artigo seguinte.

**Parágrafo único** – Custas judiciais e honorários advocatícios são devidos, no caso de os débitos se encontrarem ajuizados.

**Art. 3º.** Os débitos poderão ser pagos em parcela única ou em até 6 (seis) parcelas, incidindo os seguintes percentuais de desconto dos juros de mora e multas:

I – 100% para pagamento em parcela única;

II – 80% para pagamento em 2 (duas) parcelas;



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade

*Secretaria Municipal de Governo*

III – 60% para pagamentos em 4 (quatro) parcelas e;

IV – 40% para pagamentos em 6 (seis) parcelas.

**Art. 4º.** Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, poderão cancelar seus parcelamentos atuais e aderir ao REFIS 2022/2023.

**Art. 5º.** A adesão ao REFIS 2022/2023 implica:

I – Confissão irrevogável e irretratável de todos os débitos fiscais incluídos no programa;

II – Renúncia a qualquer recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

**Art. 6º.** O contribuinte inadimplente poderá optar pela adesão ao REFIS 2022/2023 até 28 de abril de 2023, formalizando seu pedido através de requerimento junto ao Setor de Tributação, na Prefeitura Municipal.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até 28 de abril de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 19 de outubro de 2022.

**GERSON COLODEL**  
**Prefeito Municipal**